

POLÍTICA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Antonio Carlos Souza da Silva ¹
Rafael Sabino da Silva ²

RESUMO

A pesquisa traz para a discussão a importância das políticas públicas em favor da educação inclusiva e como esse mecanismo garantirá igualdade e direitos a todas as crianças especiais, deficientes e ouvintes. O artigo é pensado a partir da área de concentração Educação, escola e políticas públicas e ao mesmo tempo observamos e refletimos como essas políticas públicas vem implementando avanço na educação inclusiva, pois elas são fundamentais para garantir e possibilitar uma educação mais justa e igualitária para todos os alunos sem disparidades quaisquer. É indubitável salientar que a educação especial e a Educação Inclusiva passaram por um contexto histórico bastante de incerteza e de segregação, mas que conseguiram uma ressignificação no âmbito educacional graças às ações das políticas públicas que vem engendrando condições favoráveis para a educação inclusivas. O estudo foi pensado a partir de uma metodologia de base qualitativa e bibliográfica, cujo referencial teórico foi embasado em artigos e periódicos publicados em meios escritos e eletrônicos. A pesquisa teve a contribuição de teóricos que iluminaram o estudo acerca da importância das políticas públicas na educação inclusiva tais como: Baptista (2008), Habermas (1998), Ribas (1994), Unesco (2005), Padilha (2004), Brasil (2008), Salamanca (1994), Sasaki (1999), Mantoan, (1997), Mazzotta (1982), Vieira (2007), que contribuíram para a reflexão das políticas públicas sobre a educação inclusiva e Fonseca (2002), Gil (2007), Triviños (1987). A educação inclusiva teve muito avanço nos últimos anos devido às discussões suscitadas pelas políticas públicas, porém, todavia, os desafios a serem enfrentados são grandes na educação e para que a educação inclusiva seja valorizada e respeitada no âmbito educacional e que haja igualdade no processo de ensino aprendizagem dos alunos sem preconceitos e exclusão das crianças especiais em sala de aula e ao mesmo tempo garantir o acesso à educação a todas as crianças especiais, surdas, deficientes e ouvintes numa aprendizagem ambivalente que todos os alunos aprendam sem distorção e discriminação.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Inclusiva; Equidade.

INTRODUÇÃO

A pesquisa é afunilada a partir da área de concentração Educação, escola e políticas públicas para refletirmos como essas políticas públicas estão sendo aplicadas na educação inclusiva e qual o efeito delas na sociedade e como essas políticas asseguram os direitos essenciais educacionais para todas as crianças surdas, deficiente e ouvinte sem distinção e disparidade, e ao mesmo tempo, compreender como são implementadas essas políticas públicas na educação inclusiva.



Percebe-se que no contexto histórico brasileiro, que a educação inclusiva por muitos anos sofreu com essa ruptura dentro das instituições educacionais e pela segregação advinda da sociedade no qual, colocava as crianças deficientes, autistas, surda e ouvinte fora da margem do processo educativo. Ainda é perceptível que as instituições educacionais precisam investir muito para que todas as crianças recebam uma educação justa e igualitária sem nenhuma distinção discriminatória.

É indubitável salientar que nos últimos quarenta anos a educação inclusiva vem recebendo uma atenção maior na educação básica. A cada dia que se passa a educação inclusiva vem conquistando seu espaço na educação, sendo que, a educação inclusiva, ainda passa por essa polarização de descriminação e exclusão, pois segundo as palavras de Ribas que o termo “deficiente” tem um significado muito forte. De certo modo ela se opõe à palavra “eficiente”. Ser “deficiente”, antes de tudo, é não ser “capaz”, não ser “eficaz”. (RIBAS, 1994, p.12).

Percebemos que o adjetivo “deficiente” carrega uma carga semântica preconceituosa que qualifica o ser como incapaz. E segundo o estudo clínico de Ribas, a criança deficiente é tão capaz quanto qualquer outra criança, com suas limitações, mas tão capaz e eficiente que qualquer outra criança.

Contudo, as políticas públicas vêm contribuindo gradativamente no processo de ensino aprendizagem das crianças especiais, surda e ouvinte fazendo que elas aprendam de forma interacional e que todas as diversidades sejam respeitadas no âmbito escolar.

As políticas públicas por sua vez vêm garantir e abalizar os direitos a todos os indivíduos em uma sociedade é por meio delas que a educação inclusiva está conseguindo grandes avanços na educação e possibilitando perspectivas que alavanque o processo de ensino aprendizagem a todos os alunos com múltiplas estratégias metodológicas.

Todavia, a pesquisa busca refletir acerca das nuances que as políticas públicas refletem na educação inclusiva e possibilita acesso a educação a todas as crianças. Com isso, é possível observar que a educação inclusiva vem se perfilando e permitindo o processo de ensino aprendizagem as crianças deficientes, surdas e ouvintes sem haja descriminação ou exclusão.

A educação inclusiva passa a ser fundamental na educação básica, pois ela permite que a educação chegue a todos os indivíduos de forma justa e igualitária e que o processo educativo seja alicerçado a partir de uma aprendizagem que permita a inclusão e não a exclusão.



No âmbito educacional, os substantivos igualdade e diferente estarão sempre no mesmo ponto de intersecção e, é preciso buscar estratégias que possibilitem um processo de ensino aprendizagem significativo e as políticas públicas vem afunilar as possibilidades de integração e socialização no espaço escolar e garantir uma equidade que seja justa e permeável a todos os indivíduos dentro e fora do espaço escolar. Assim, como abaliza a UNESCO (2005, p.7) que “educação para Todos significa assegurar que todas as crianças tenham acesso a uma educação básica de qualidade.” (UNESCO, 2005, p.7). Ou seja, criando e permitindo condições favoráveis de aprendizagem para todas as crianças na sala de aula.

METODOLOGIA

A pesquisa conforme afunila Gil (2007, p. 17), como um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” que foram essenciais para nortear e iluminar a pesquisa tendo como caminho a área de concentração Educação, escola e políticas públicas, na qual, foi endossada a partir de um arcabouço teórico de artigos científicos que permitiram refletir acerca das políticas públicas na educação inclusiva. Tivemos ainda subsídios durante a leitura e análise a partir das nuances dos teóricos como Baptista (2008), Habermas (1998), Ribas (1994), Unesco (2005), Padilha (2004), Brasil (2008), Salamanca (1994), Sasaki (1999), Mantoan, (1997), Mazzotta (1982), Vieira (2007), que contribuíram para a reflexão das políticas públicas sobre a educação inclusiva e Fonseca (2002), Gil (2007), Triviños (1987) para fomentar o tipo e modo de pesquisa.

O estudo foi idealizado por uma metodologia de base qualitativa que “é conhecida também como “estudo qualitativo”, “interacionismo simbólico”, “perspectiva interna”, e “descritiva”, que possibilitou “claramente, os suportes teóricos interpretativos da realidade”“. (TRIVIÑOS, 1987, p. 124).

E ao mesmo tempo, bibliográfica, pois é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. (FONSECA, 2002, p. 32), que deram subsídios para observar como as políticas públicas estão chegando e contribuindo para a educação inclusiva e assegurando os direitos de todas as crianças especiais sem distinção e respeitando suas especificidades.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos voltados à educação especial passaram a ter uma conotação a partir do século XX, porém com um distanciamento do processo educativo, pois os deficientes eram vistos como indivíduos anormais que necessitavam de mais cientificidade. A Educação Especial passou um longo processo de discriminação e segregação até ser reconhecida no âmbito educacional.

Assim como a educação especial, a Educação Inclusiva também passou por um período de incerteza e de segregação, pois os diferentes são visto como indivíduos fora da margem ou incapaz. Toda criança seja ela, especial ou não, tem direito a cidadania e educação e ninguém pode impedir seu processo de desenvolvimento cognitivo e intelectual. Todavia, a educação especial e inclusiva, ainda é vista com um olhar segregativo e excludente.

A educação mais do que nunca, precisa ser reformulada ou pensada numa perspectiva cujas políticas públicas possam dar força as vozes silenciadas ou excluídas do processo educativo. Ainda, para o desenvolvimento da criança especial aconteça, é, sobretudo, “fundamental que o professor da escola regular seja devidamente capacitado para receber esse novo alunado que está chegando à escola”. (PADILHA, 2004, p.96).

Para garantir o desenvolvimento da criança especial em uma sala de aula regular se faz necessários profissionais capacitados e que as dificuldades sejam eliminadas e superadas do contexto escolar. Conforme afunila o Ministério da Educação que:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. (BRASIL, 2008, p.5).

Na perspectiva do Ministério da Educação, ainda se tem muito que reformular para que todas as necessidades dos alunos especiais sejam atendidas sem qualquer discriminação e as políticas públicas entram como um baluarte para equipará e promover equidade para todas as crianças com as suas várias especificidades e como o artigo 208, inciso III deixa bastante evidente que todas as crianças especiais precisam de um “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 2002, p. 114).

Em linhas gerais, a educação precisa garantir igualdade e oportunidade para todas as crianças sejam elas especiais ou não. Ambas as crianças devem participar da sociedade em pé de igualdade e as crianças especiais precisam mais do que nunca ter suas especificidades atendidas. Conforme abaliza a Declaração de Salamanca (1994, p. 1) que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Os sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer as necessidades. As escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva a maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (SALAMANCA, 1994, p. 1).

A escola por sua vez, precisa ser acolhedora para atender a todas as crianças independentemente de suas especificidades e permitir seu desenvolvimento de aprendizagem, intelectual e cognitivo em um processo inclusivo com todas as crianças e com o suporte necessário que atenda a sua dificuldade.

As políticas públicas tem esse intuito de fornecer estratégias que possibilite “práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, [...] nas classes de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado”. (BRASIL, 2010, p. 7).



Contudo, para que as políticas públicas tenham efeitos sob a educação inclusão é preciso primeiro conscientizar e mudar o contexto discriminatório que perpetua desde outrora na sociedade e permanece segregando e excluindo as crianças especiais do processo de ensino aprendizagem. Assim, a inclusão, é, sobretudo, “um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais”, as crianças especiais para poder “sumir seus papéis na sociedade”. (SASSAKI, 1999, p.41).

Desta forma, a criança especial precisa ser estimulada a ter uma proatividade na sociedade sem limitar a criança no seu processo de ensino aprendizagem e cognitivo. Negar, limitar ou segregar as crianças especiais do processo educacional é o mesmo que mutilar suas subjetividades. Todo deficiente pode ser eficiente e capaz na sociedade, é preciso mais do que nunca, aprimorar suas habilidades em observância as suas especificidades.

Conforme afunila Sasaki (1999, p. 48) que:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (SASSAKI, 1999, p. 48).

Entretanto, a educação inclusiva, é, sobretudo, crucial para possibilitar o desenvolvimento da criança especial em uma equidade cuja aprendizagem acontece na sala de aula regular e permitindo uma socialização e interação entre, surdos, deficiente e ouvintes sem distinção e limitação no seu processo de ensino aprendizagem.

Desta forma, “o processo de inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem”, que elimine todo e qualquer “conservadorismo de suas práticas em direção a uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades de todos os alunos”. (MANTOAN, 1997, p.149).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas públicas direcionadas para a educação inclusiva ainda precisa ser bastante refletida, muito embora já tenha avançado muito em comparação a outros contextos históricos educacionais. É indubitável que o Estado é o legislador responsável por desenvolver e possibilitar que as políticas públicas aconteçam na sociedade. Conforme abaliza Vieira (2007, p.57) que:

Tomemos o caso da descentralização, que tem na municipalização do ensino fundamental e em outros desdobramentos, como a autonomia da escola, fortes determinantes. Esta tendência, defendida por muitos nos anos 80 foi aprofundada no governo Fernando Henrique Cardoso- FHC – e teve continuidade no governo Lula, assim, ao nos aproximarmos de um tema complexo como a análise das políticas públicas, é preciso especificar de que política está se tratando para que não parem dúvidas a respeito dos elementos de ruptura ou de continuidade em jogo. (VIEIRA, 2007, p.57).

Muito embora educação inclusiva tenha conseguido avanço por meio das políticas públicas nos últimos anos é possível ponderar que atualmente o Estado vem tendo um olhar de menos prestígio para educação inclusiva e ao mesmo tempo, deixando as crianças especiais largados a própria sorte. O Estado como legislador precisa mais do que nunca, possibilitar discussões e ações que permitam que a educação inclusiva e especial possa ter todo arsenal necessário para que as crianças desenvolvam suas habilidades e competências.

Com isso, o governo precisa “estabelecer objetivos que permitam satisfazer às necessidades educativas dos portadores de deficiência, de condutas típicas e de altas habilidades, bem como de orientar as ações governamentais”. (BAPTISTA, 2008, p.20). As políticas públicas vêm por sua vez, permitir essa manutenção dos direitos e a inclusão das crianças especiais na sala de aula regular e acesso as salas de recursos do AEE.

A partir das leituras realizadas nos artigos, é indubitável destacar que muitas conquistas já foram alcançadas por meio das políticas públicas para a educação inclusiva e especial. Contudo, as ações e manutenção das políticas públicas é competência do Estado que define como essas ações deverão acontecer no âmbito educacional.

O papel do Estado é, sobretudo, fornece a todos os alunos uma educação “baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação de



serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam". (MAZZOTTA, 1982, p. 10).

A Educação Inclusiva precisa ser concebida como uma equidade para poder garantir direitos igualitários para todos e que o desenvolvimento das aprendizagens possa ser ponderado no coletivo e sem exclusão dos alunos deficientes, surdos e ouvintes.

As políticas públicas vêm por sua vez, fazer a inclusão de todas as crianças especiais para manter “aberta à equalização dos discriminados e para a integração dos marginalizados, sem incorporá-los na uniformidade de uma comunidade popular homogeneizada”. (HABERMAS, 1998, p. 108).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas na educação inclusiva vêm contribuindo com os avanços no ensino cada vez mais igualitário e que favoreça a todos os alunos sem distinção alguma, é perceptível que os desafios no ensino são inúmeros, mas necessários para uma educação de qualidade e equalizada para incluir e não excluir.

Além das políticas públicas, faz-se necessário também educadores preparados para atender todas as crianças deficientes, surdas e ouvintes fazendo com que o processo de ensino aprendizagem aconteça para todos sem colocar empecilho nas necessidades especiais das crianças.

As discussões e as análises aqui abalizadas foram endossadas a partir de leituras de artigos e periódicos publicados em revistas que foi fundamental para refletir a importância das políticas públicas na educação inclusiva e como essas políticas públicas vêm sendo desafiadoras cruciais para a uma educação inclusiva de qualidade e que desmistifiquem os preconceitos e segregação que se perpetuaram por anos as crianças com necessidades especiais.

Contudo, a educação precisa orbitar dentro de um ensino igualitário que possibilite a todas as crianças especiais ou não, acesso a educação que é um direito garantido por lei. A educação inclusiva já teve um avanço significativo na educação brasileira se pensarmos diacronicamente e por toda transformação e avanço que a educação inclusiva teve nos últimos



anos. Com a educação inclusiva, as crianças passaram a seres compreendidos a partir das suas particularidades e as políticas públicas vêm sendo fundamental neste processo de inclusão.

Portanto, os desafios são grandes para a educação inclusiva e muito precisa ser feito para amenizar os preconceitos e a exclusão das crianças especiais em sala de aula e garantir a todas as crianças o acesso à escola e que todos aprendam sem limitações ou segregações no ambiente escolar. Toda a reflexão nesta pesquisa teve o intuito de discutir a importância das políticas públicas na educação inclusiva e que venha proporcionar discussões que equalize igualdade e respeito a todas as crianças especiais, surdas, deficientes e ouvintes e que ambas aprendam sem discriminação.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos. In: MARTINS, Lucia de Araújo Ramos et al (Org.). **A política nacional de educação especial no Brasil: passos para uma perspectiva inclusiva**. Natal: EDUFRRN, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988) da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Educação como exercício de diversidade**. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva> Acesso em: 26 mar. 2022.

_____. Secretaria de Educação Especial. Marcos políticos-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192>. Acesso em: 27 mar. 2022.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.



GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HABERMAS, J. **Inclusão: integrar ou incorporar?** Sobre a relação entre Nação, Estado de direito e Democracia. *Novos Estudos CEBRAP*. n. 52, p. 99- 120, São Paulo, 1998.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MANTOAN, Maria Tereza Eglêr. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon Editora SENAC, 1997.

PADILHA, A.M. O que fazer para não excluir Davi, Hilda, Diogo... In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A.L.F. (Org). **Políticas e Práticas de educação inclusiva**. Campinas, DF: Autores Associados, 2004.

RIBAS, João Baptista Cintra. **O que são as pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SASSAKI, Romeu Kasume. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA editora, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Políticas e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples**. In: *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. V. 23 n.1 jan/abr. 2007.